

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2013 A ABRIL DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|--|---|-----------------------|
| | LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | TOTAL |
| | (a) | (b) | (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 217.544.094,17 | 5.284.152,82 | 222.828.246,99 |
| Pessoal Ativo | 181.759.891,71 | 3.816.940,15 | 185.576.831,86 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 35.784.202,46 | 1.467.212,67 | 37.251.415,13 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 31.684.458,11 | 5.241.424,72 | 36.925.882,83 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 2.628.204,06 | 4.248.522,64 | 6.876.726,70 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 29.056.254,05 | 992.902,08 | 30.049.156,13 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 185.859.636,06 | 42.728,10 | 185.902.364,16 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | |
|--|---------------------------|------------------|-----------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 678.292.443.000,00 | | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | 0,027401% | 0,000006% | 0,027407% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,063041% | | 427.602.338,99 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,059889% | | 406.222.222,04 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,056737% | | 384.842.105,09 |

FONTE:

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Despesas executadas com Precatórios da Administração Direta e Indireta de R\$ 1.001.603,74 e R\$ 7.333.837,84 respectivamente.

Despesas executadas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor de R\$ 3.205.484,32

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

MARCOS ROGÉRIO REIS DA SILVA
 DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS